

CLIPPING IMPRESSO

11/06/2022



INDICE

1. JORNAL O PROGRESSO	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. PRESIDÊNCIA.....	2 - 3
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. ASSESSORIA.....	4
2.2. PRESIDÊNCIA.....	5 - 8

Corregedoria realiza descarte sustentável de 30 mil processos físicos

A Corregedoria Geral da Justiça fez a entrega de 30 mil processos físicos para descarte sustentável por meio da Cooperativa de Reciclagem de São Luís. A solenidade realizada na manhã desta sexta-feira (10), na sede da Divisão de Gestão e Controle Ambiental da CGJ, no Parque Pindorama, em São Luís, integra a programação da Jornada da Sustentabilidade 2022: O Judiciário por “Uma Só Terra”, realizada pelo Poder Judiciário por meio do Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Maranhão - TJMA.

Os processos físicos entregues à cooperativa tramitavam nas unidades judiciais de todo o Maranhão, passaram pelo procedimento de digitalização e migração para o ambiente virtual do sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, e após cumprirem prazo legal, estão aptos a serem reciclados.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, ressaltou que o correto descarte dos processos contribui com a geração de emprego e renda para, pelo menos, 31 famílias que trabalham na cooperativa. “O Tribunal, a Corregedoria, a Escola da Magistratura e o Núcleo Socioambiental, representado pelo desembargador Jorge Rachid, estão de parabéns”, ressaltou por mensagem gravada em vídeo. Froz Sobrinho está em São Paulo participando do Congresso de Direito Digital, Tecnologia e Proteção de Dados.

O corregedor também anunciou que vai encaminhar mensagem aos juízes solicitando a adesão à devolução de impressoras que estão subutilizadas nas unidades judiciais de todo Estado, reforçando o compromisso com a redução dos custos de impressão do Judiciário, impactando positivamente o Meio Ambiente.

O desembargador Jorge Rachid, presidente do Núcleo Socioambiental do TJ, ressaltou que 90% do que jogamos “fora” gera renda para os agentes ambientais que trabalham com o processo de reciclagem, e a parceria que o Poder Judiciário mantém com a Cooperativa de São Luís, desde 2019, tem ajudado a preservar o Meio Ambiente e transformar a vida das pessoas que participam desse processo de reciclagem. “Estou muito feliz porque no Tribunal de Justiça do Maranhão não se admite mais o consumo de copos plásticos, gasto excessivo com papel, materiais gráficos, dentre outros, além de buscarmos a sensibilização da comunidade sobre a importância da separação do lixo para reciclagem”, frisou.

Jorge Rachid parabenizou todos os integrantes da ECOLIGA, criada em 2016 e que visa aprimorar a gestão socioambiental das instituições públicas por meio de medidas que fortaleçam a sustentabilidade em sua forma ampla (ambiental, econômica, social e cultural). “Agradecemos a presença de todos que vieram participar desse ato simbólico tão importante para o ser humano e a natureza”, finalizou.

O Presidente da Cooperativa de Reciclagem de São Luís, Gilmar Amorim, parabenizou o Poder Judiciário pelo compromisso com o Meio Ambiente e a sustentabilidade, elogio que estendeu aos representantes da ECOLIGA presentes ao evento. Segundo Gilmar, o tema socioambiental deve estar no centro de todas as discussões da sociedade, tendo em vista que apesar dos esforços, apenas 10% de tudo que é fabricado volta reciclado para a Indústria. “50 quilos de papel reciclado não evitam apenas a derrubada de uma árvore, vão muito além, transformam a vida de pessoas com a geração de emprego e renda”, pontuou.

O diretor da Corregedoria, juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, lembrou que no último mês de abril a Corregedoria entregou outros 98.634 processos físicos, sem utilização, para reciclagem. “Tenho a felicidade de ressaltar que esse descarte sustentável de processos já é uma prática de rotina do nosso Tribunal, além de outros projetos relacionados ao Meio Ambiente que já são desenvolvidos pelo Poder Judiciário”, destacou magistrado.

Participaram da solenidade, a juíza Tereza Nina, coordenadora

Fotos: Divulgação: Ribamar Pinheiro



Solenidade de descarte sustentável contou com a participação de autoridades

de Planejamento Estratégico da CGJ; o juiz Talvick Atta Freitas, auxiliar da CGJ; o juiz Raimundo Neris, diretor do Fórum de São Luís; o juiz federal Arthur Nogueira Feijó, presidente da Comissão de Sustentabilidade da Justiça Federal no Maranhão; Rodrigo Maia, procurador-geral do Estado; Carlos Anderson, diretor-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão; Ana Paula Fernandes e Débora Neide, servidoras da Justiça Federal e integrantes da ECOLIGA; assessores e servidores da CGJ-MA.

DESCARTE SUSTENTÁVEL

A Coleta Seletiva Solidária vem em substituição à antiga queima dos processos aptos para eliminação e reforça o compromisso do Poder Judiciário, como um grande gerador de resíduos, com a sustentabilidade, por meio da redução dos impactos negativos de suas atividades no meio ambiente e promovendo a inclusão e dignidade para várias famílias.

Além do papel para reciclagem, são entregues à cooperativa também todas as caixas plásticas em que estavam acondicionados os processos descartados. A Cooperativa de Reciclagem de São Luís possui termo de cooperação com o Tribunal de Justiça desde 2019, está qualificada para receber esse tipo de material, pois tem recursos que garantem o sigilo dos documentos, conforme exigido em lei, e atende 31 famílias na cidade de São Luís. Durante a solenidade simbólica de entrega dos materiais, realizada nesta sexta (10), foi renovada a parceria do Poder Judiciário com a Cooperativa.

A ação de descarte sustentável faz parte do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TJ, integrado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), que constituem uma Agenda 2030 das Nações Unidas. (Márcio Rodrigo -Asscom CGJ)

Bastidores

Coriolano Filho

DRT 1069-MA

editoria@oprogressonet.com

Olha aí!

Foi prorrogado o afastamento do governador Carlos Brandão, no período de 11 a 20 de junho. Ele ainda se encontra em São Paulo, recuperando-se de uma cirurgia feita no dia 22 de maio. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), oficializou ao governador interino, desembargador Paulo Velten, e à Mesa Diretora da AL, a sua “escusa temporária” ao chamado para assumir o comando do Poder Executivo por “justa causa legítima” consistente no impedimento legal. Assumindo, ele se tornaria inelegível, conforme previsto no § 6º do art. 14 da Constituição Federal.

Othelino comunica escusa temporária e não assume Governo

O afastamento do governador Carlos Brandão foi prorrogado

Agência Assembleia

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado estadual Othelino Neto (PC do B), comunicou oficialmente, nesta sexta-feira (10), ao governador interino do Estado, desembargador Paulo Velten, e aos membros da Mesa Diretora da Casa a sua “escusa temporária” ao chamado para o exercício da função de chefe do Poder Executivo do Estado do Maranhão por “justa causa legítima” consistente no impedimento legal, decorrente da sanção de inelegibilidade prevista no § 6º do art. 14 da Constituição Federal.

O parlamentar informou, ainda, o seu retorno ao território maranhense nesta sexta-feira (10).

O comunicado de “escusa temporária” do deputado Othelino foi oficializado a partir da informação de prorrogação do afastamento do governador Carlos Brandão, no período de 11 a 20 de junho de 2022, conforme Ofício nº 041/2022, protocolado na quinta-feira (9) e publicado no Diário da Assembleia.

A decisão do deputado Othelino Neto firma-se, também, por analogia e simetria,



Presidente da Assembleia, Othelino Neto: evitar inelegibilidade

na jurisprudência da Corte do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de 30 de abril de 2002, a qual determina que “permanecendo no País qualquer das autoridades referidas, sendo chamada a substituir, eventualmente, o presidente da República, a sua escusa não gera inelegibilidade”.

Othelino Neto fundamenta também sua decisão em não assumir o Governo do Estado considerando que “a sanção de inelegibilidade (art. 14 da Constituição Federal) decorrente do exercício provisório de chefe do Executivo estadual, neste período de seis

meses antes do pleito, representa evidente impedimento jurídico à sua pretensão de reeleição ao cargo de deputado estadual. Nesta circunstância, tal fato constitui-se em um axioma jurídico de justa causa legítima motivadora de sua escusa ao chamado”.

Argumenta, ainda, que o chamamento do presidente do Tribunal de Justiça, na qualidade de autoridade subsequente prevista na Constituição Estadual, mantém a estabilidade administrativa e preserva a linha sucessória constitucional do Estado do Maranhão. (Agência Assembleia)

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua acarloslua@folha.com.br



A voz global do Direito

O Brasil – que tem o mercado jurídico mais concorrido do planeta – possui hoje 1 milhão e 278 mil profissionais de advocacia inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Desse total, a maior parte é de mulheres: 647.835 advogadas. O número de advogados registrados é de 631.061.

O número é expressivo e coloca o Brasil entre os países com maior densidade de advogados em relação à sua população no mundo.

Isso significa que mais de 0,5% da população brasileira é formada por advogados, ou seja, a cada mil brasileiros, mais de cinco são advogados.

Com a cifra, existe agora, em média, um profissional de advocacia para cada 206 brasileiros.

A densidade de advogados em relação à população varia muito entre os Estados brasileiros, de acordo com as características sociais e econômicas de cada um.

O Maranhão tem mais 13.200 advogados aptos a atuar no mercado, uma proporção de 1,9 profissionais a cada mil habitantes.

A principal razão para o país ter chegado a um número significativo de profissionais na área advocatícia foi o aumento exponencial na quantidade de cursos de Direito, a partir de 1995, ano em que havia apenas 165 advogados.

Em 2001 já funcionavam 505 faculdades de Direito no Brasil.

Hoje, essa quantidade chegou a impressionantes 1.755 cursos em funcionamento, número superior aos dos Estados Unidos, China e Europa.

Resta aferir, porém, se o aumento na quantidade de cursos jurídicos no Brasil se reflete, hoje, em qualidade na prestação de serviços advocatícios.

Com essa marca incrível, o país se consagra como a Nação com mais cursos de Direito do mundo inteiro. A soma total de faculdades de Direito no mundo chega a 1.100 cursos.

Nos Estados Unidos – com uma população de 328,7 milhões de habitantes – funcionam 280 cursos de Direito. No Reino Unido são 95 faculdades de Direito.

O grande interesse pelas faculdades de Direito no Brasil está ligado a fatores históricos e profissionais. As escolas de Direito foram o centro de formação profissional na República Velha, que durou de 1889 a 1930.

Essa proeminência acabou em 1930, com a ascensão ao poder de Getúlio Vargas e, depois, com os presidentes que governaram o Brasil durante a ditadura militar, quando foi dado mais espaço aos profissionais graduados em engenharia e economia.

A advocacia é uma profissão que surgiu há milhares de anos e foi construída e moldada durante todos os anos por várias culturas

e povos diferentes até chegar ao século XXI. O advogado é responsável pela garantia da justiça, da busca pelos direitos da sociedade.

A advocacia é uma das mais antigas profissões existentes. Estudiosos do tema afirmam que muito provavelmente foi na Suméria, três milênios antes de Cristo, que surgiram os primeiros indícios da advocacia. Entretanto, os primeiros advogados existentes em registros históricos são Moisés e Jesus Cristo

Pesquisa

Uma pesquisa desenvolvida pela Universidade do Texas, em Austin, nos Estados Unidos, sobre o número ideal de advogados em determinados países, aponta que, até certo ponto, a existência de advogados traz efeitos positivos à coletividade, como garantia de direitos e manutenção da ordem social.

Variáveis

O número ideal de advogados para um país está relacionado a diversas variáveis, como o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, taxas de criminalidade, nível de educação e duração média de um processo.

Mercado

O mercado jurídico brasileiro movimentava a cada ano mais de R\$ 50 bilhões, impulsionado por empresas que recebem até 20 mil processos em um único mês. O setor cresce em torno de 20% anualmente. Os projetos de reformas e o número crescente de demandas judiciais fazem o mercado crescer cada vez mais.

Potencial

De acordo com o levantamento 'Justiça em Números', do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil tem mais 102 milhões de processos ativos. Em outra comparação simples, são 102 processos para cada advogado.

Aumento

As novas áreas do Direito registraram aumento de demanda, como a tributária, trabalhista e comercial, além daquelas que, embora não sejam tão conhecidas, estão crescendo a cada ano. Temos hoje mais de quatro milhões de pessoas formadas em Direito, apenas 800 mil conseguiram aprovação no Exame da OAB, que habilita bacharéis para o exercício da advocacia.

Insatisfatório

Apesar de o Brasil ter um grande número de cursos de Direito, alguns não são confiáveis. Muitos deles estão sob supervisão do Ministério da Educação por apresentarem notas insatisfatórias no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e no Indicador de Diferença de Desempenho Esperado e Observado (IDD).

Diretrizes

Novas diretrizes precisam ser elaboradas para garantir a qualidade do ensino de Direito no Brasil, onde até mesmo as faculdades consideradas modelo estão com dificuldades em adaptar grades curriculares para acompanhar as novas exigências de um mercado jurídico cada vez mais dinâmico e exigente.

Carlos Brandão

Governador do Maranhão



Nosso Governo segue avançando

Mesmo com minha ausência física temporária, fico muito satisfeito em ver que nosso Governo segue avançando, cumprindo as metas por mim estabelecidas. Agradeço o empenho de toda nossa equipe e, em especial, ao governador em exercício, desembargador Paulo Velten, por manter a agenda institucional ativa e chegando aos municípios. Só esta semana, estivemos em Anapurus assinando ordens de serviço para a construção de uma Praça da Família e para a pavimentação e recuperação de vias públicas. Autorizamos ainda a implantação de blocos de concreto e meio-fio para o povoado Morada Nova. Em Vargem Grande, iniciamos o trabalho de pavimentação e manutenção de vias urbanas. Em Presidente Juscelino, inauguramos a Praça Vermelha.

Em São Raimundo do Doca Bezerra, assinamos ordens de serviço para a construção de uma Praça da Família e para a pavimentação de 5 km de vias urbanas, além de autorizarmos a implantação do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (SSAA), que vai contar com poço artesiano; reservatório elevado de água com estrutura de concreto; caixa d'água com capacidade de 15 mil litros; redes de distribuição principal e secundárias e ligações domiciliares para abastecer os moradores. Já em Barra do Corda, assinamos ordens de serviço para 30 km de pavimentação asfáltica da zona urbana; assinamos o termo de autorização para implantação de um Centro de Hemodiálise e, ainda, para duas reformas:

uma do centro esportivo e outra do balneário. Em Grajaú, fechamos com a prefeitura um Acordo de Cooperação Técnica para regularização fundiária, onde vamos mapear e regularizar propriedades de famílias do município. Em Urbano Santos, inauguramos uma Praça da Família, um Restaurante Popular e um posto avançado do Detran, além de já estarmos realizando pavimentação asfáltica. Isso, só para citar algumas ações. Muitas outras estão em andamento por todo o estado, como as obras de recuperação da MA-006 que liga Tasso Fragoso a Alto Parnaíba, que foram vistoriadas e seguem em ritmo acelerado. Uma obra fundamental para a produção que passa pelo Corredor de Exportação Norte. Nos próximos dias teremos

mais obras e ações iniciadas e inauguradas, em um Governo que sabe da responsabilidade que tem com sua gente. Sem contar que isso tudo ajuda nos números que conseguimos continuar apresentando no que diz respeito ao emprego. Só em abril deste ano, apresentamos um saldo de 3.395 postos de trabalho com carteira assinada, mantendo um resultado positivo pelo quarto mês consecutivo - o segundo maior crescimento de vagas da região Nordeste. Assim seguimos: com foco na gestão e com a certeza de que estamos no caminho certo. Claro que temos ajustes a serem feitos. Mas o mais importante é que trabalhamos com planejamento e os pés no chão, chegando às cidades e beneficiando os maranhenses. Nosso Governo segue avançando.

Othelino comunica escusa temporária por justa causa e não assumirá Governo com nova licença de Brandão

PÁG.3

Othelino comunica escusa temporária por justa causa legítima e não assumirá o Governo com nova licença de Brandão

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), comunicou oficialmente, nessa sexta-feira (10), ao governador interino do Estado, desembargador Paulo Velten, e aos membros da Mesa Diretora da Casa a sua “escusa temporária” ao chamado para o exercício da função de chefe do Poder Executivo do Estado do Maranhão por “justa causa legítima” consistente no impedimento legal, decorrente da sanção de inelegibilidade prevista no § 6º do art. 14 da Constituição Federal.

O parlamentar informou ainda o seu retorno ao território maranhense nessa sexta-feira. O comunicado de “escusa temporária” do deputado Othelino foi oficializado a partir da informação de prorrogação do afastamento do governador Carlos Brandão, no período de 11 a 20 de junho de 2022, conforme Ofício nº 041/2022, protocolado na quinta-feira (9). A decisão de Othelino firma-se, também, por analogia e simetria, na jurisprudência da Corte do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de 30 de abril

de 2002, a qual determina que “permanecendo no País qualquer das autoridades referidas, sendo chamada a substituir, eventualmente, o presidente da República, a sua escusa não gera inelegibilidade”. Othelino fundamenta sua decisão em não assumir o Governo do Estado considerando que “a sanção de inelegibilidade (art. 14 da Constituição Federal) decorrente do exercício provisório de chefe do Executivo estadual, neste período de seis meses antes

do pleito, representa evidente impedimento jurídico à sua pretensão de reeleição ao cargo de deputado estadual. Nesta circunstância, tal fato constitui-se em um axioma jurídico de justa causa legítima motivadora de sua escusa ao chamado”. Argumenta ainda que o chamamento do presidente do Tribunal de Justiça, na qualidade de autoridade subsequente prevista na Constituição Estadual, mantém a estabilidade administrativa e preserva a linha sucessória constitucional do Estado do Maranhão.

Informe JP

Miudinhas

*** O governador em exercício, Paulo Velten, participou da abertura oficial da pré-aceleração de Startups Inova Maranhão, nesta sexta-feira (10). Na ocasião, ele visitou a Locomotiva Hub e o Casarão Tech, juntamente com o secretário David Telles, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti). Foram apresentados ainda, diversos programas com foco na tecnologia e inovação.

*** A equipe do programa Inova Maranhão-eixo Startups detalhou as atividades que serão desenvolvidas nos próximos meses com as quinze startups selecionadas.

*** Cada uma receberá apoio financeiro de cerca de R\$ 31 mil para desenvolvimento do seu negócio, pelo período de quatro meses. Os participantes do programa também terão a oportunidade de apresentar seu projeto em formato de pitch – com até cinco minutos de apresentação.